

## Eleições

Uma forma de celebrarmos o dia da Pátria, que se aproxima, é nos comprometermos cada vez mais com uma sociedade justa e fraterna para que o nosso Brasil se torne uma nação mais humana e solidária. Para garantir esses ideais, a atenção ao processo eletivo de nossos governantes é um imperativo para um povo que visa a ética na sociedade.

Nesse contexto, o Regional Sul 3 da CNBB, por meio do Conselho Regional de Pastoral que reúne os Bispos, Coordenadores de Pastoral e Coordenadores das Comissões de Pastoral das 18 dioceses do Rio Grande do Sul, orienta os fiéis católicos e demais homens e mulheres de boa vontade para participar de forma ativa e consciente do pleito municipal de 2024. Com o Papa Francisco compreendemos que é "necessária a política melhor, a política colocada ao serviço do verdadeiro bem comum" (Fratelli Tutti, n. 154).

A Igreja Católica é apartidária, ou seja, não tem partido. Empenhada com a missão de anunciar o Evangelho, ela não renuncia ao seu compromisso político, que é o caminho concreto para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna, na qual todos possam viver com dignidade.

A gravidade dos desafios surgidos no Estado do Rio Grande do Sul com as enchentes e inundações exige um intenso trabalho para reunir forças, superar divisões e fortalecer a esperança. É tempo de cuidar e recuperar o sentido de pertencimento a esse pampa querido. É tempo de investir em projetos comuns e oferecer respostas que vão ao encontro da nova realidade que se nos impõe.

Diante disso, elencamos alguns critérios indispensáveis que iluminam a escolha de prefeitos e vereadores, para um voto participativo e consciente:

1. compromisso com a promoção, a defesa e a proteção da vida de todas as pessoas, desde a concepção até a morte natural;
2. promoção da família, com posicionamentos que priorizem e defendam os seus valores;
3. valorização do Diálogo e da Paz, com discurso conciliador, capaz de escutar e defender as propostas, sem ofender os outros;
4. empenho pelo bem comum, propondo projetos e ações que visem, particularmente, os mais necessitados, sem excluir ninguém;
5. postura ética, correta e justa, sem histórico de envolvimento em casos de corrupção;

6. preocupação e cuidado com Ecologia Integral, colocando a emergência climática como prioridade.

Ao eleitor exortamos não “vender” seu voto. O voto direto, secreto, livre, consciente e soberano é um direito de todo cidadão (Constituição, artigo 14, caput).

Pedimos às comunidades cristãs que acolham a todos, sem promover um ou outro candidato. A propaganda eleitoral, em templos de qualquer culto, é proibida. Além disso, é vedado qualquer pedido de votos, implícito ou explícito, no ambiente das igrejas, capelas, instituições religiosas e similares.

A nossa participação na política ultrapassa o voto, pois é preciso também acompanhar e cobrar daqueles que forem eleitos.

Urge criar um clima coletivo de liberdade para construirmos a paz entre nós. Em toda a sociedade dinâmica e criativa, as tensões são normais, mas não podem se converter em pressões e ameaças que afetem desastrosamente o processo democrático e a amizade social.

Que a Virgem Maria, profetisa da Esperança, renove nosso empenho por uma sociedade onde “justiça e paz se abraçarão” (Sl 85,11).

Conforme decidimos em Assembleia do Clero de Santa Maria, neste segundo final de semana de setembro, esta carta será lida ao final de todas as celebrações eucarísticas.

+ Leonar Zuzobij